

Galgo Sistemas de Informações S.A.

CNPJ nº 25.197.090/0001-83

Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado.

Balancos patrimoniais	Notas	2021	2020
Ativo/Circulante		20.636	15.712
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.217	1.487
Aplicações financeiras	5	15.506	11.054
Contas a receber	6	2.344	1.774
Impostos e contribuições a recuperar	7	486	1.277
Despesas antecipadas	8	69	65
Adiantamentos	9	14	55
Não Circulante		6.221	3.085
Realizável a longo prazo: Impostos diferidos	21	3.752	-
Imobilizado	10	186	141
Intangível	11	2.283	2.944
Total do ativo		26.857	18.797

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	15	26.283	(9.726)	16.557
Lucro líquido do exercício	-	-	922	922
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15	26.283	(8.804)	17.479
Lucro líquido do exercício	-	-	3.779	3.779
Saldos em 31 de dezembro de 2021	15	26.283	(5.025)	21.258

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Galgo Sistemas de Informações S.A., ("Companhia") é uma sociedade anônima, de capital fechado, constituída em 13 de julho de 2016, tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Santo Amaro, nº 48, Vila Nova Conceição, e tem por objeto social administrar sistemas informatizados destinados à padronização e otimização das transferências de informações entre instituições que atuam ou pres tam serviços nos mercados financeiro e de capital. Todos os seus clientes fazem parte do sistema financeiro nacional e estão divididos em partes relacionadas e não relacionadas. A Galgo Sistemas de Informações S.A. é proprietária do Sistema Galgo e de todos os direitos a ele relativos, tendo autonomia absoluta para gerir, mantê-lo e desenvolvê-lo. O Sistema Galgo é um sistema de troca de informações padronizadas para os mercados financeiro e de capitais brasileiro, criado para funcionar como integrador entre as instituições que atuam ou prestam serviços para fundos de investimento, corretoras administradas e clubes de investimento nas atividades de administração, controladoria, custódia, distribuição e negociação de ativos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: a. Declaração de conformidade: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC-PME), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) conforme adotado no Brasil por meio de aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), ou seja, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC - T - 19.41).

b. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, a qual é moeda funcional da ("Companhia"). Todos os saldos apresentados em milhares de Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas em 14 de março de 2022.

3. Resumo das principais práticas contábeis: a. Apuração do resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência; as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem, independente de recebimento ou pagamento. Anualmente é efetuado a apuração do resultado do exercício social de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

b. Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo. Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a noventa dias considerada a data de aquisição, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

c. Receitas: As receitas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência e compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Nas demonstrações do resultado a receita é apresentada líquida dos impostos. Em conformidade com o CPC-PME Seção 23 - Receitas, a receita é reconhecida quando, e somente quando: (i) a Companhia tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes ao serviço prestado; (ii) o valor da receita pode ser mensurado de forma confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a Entidade; (iv) as despesas incorridas ou a incorrer com relação à transação podem ser mensuradas de forma confiável.

d. Ativo imobilizado: O ativo imobilizado é demonstrado ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Empresa as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Um item de imobilização é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. O valor do Ativo Intangível deve ser contabilizado deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (*impairment*). Para mensurar estas perdas é necessário uma avaliação de expectativa de rentabilidade futura periodicamente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foi identificado *impairment* no valor do Ativo Intangível, desta forma, nenhuma provisão foi realizada.

f. Instrumentos financeiros: Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e pelo custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como disponível para venda e mantido até o vencimento. (i) **Cotas de fundos de investimento:** As aplicações em cotas de fundo de investimento são atualizadas, diariamente, pelo respectivo valor da cota, divulgada pelos respectivos administradores e são classificadas como mensuradas ao valor justo por meio do resultado. **Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados ao resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxo de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por *impairment*, o qual é reconhecido no resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras" no período em que ocorrem.

g. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. São obrigações

Balancos patrimoniais	Notas	2021	2020
Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante		2.333	1.318
Fornecedores	12	1.259	652
Obrigações trabalhistas	13	646	538
Obrigações tributárias	14	428	128
Não circulante		3.266	-
Provisões para contingências	20	3.266	-
Patrimônio Líquido		21.258	17.479
Capital social	15	26.283	26.283
Prejuízos acumulados		(5.025)	(8.804)
Total do passivo e do patrimônio líquido		26.857	18.797

a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os saldos são apresentados no passivo não circulante.

h. Demais ativos e passivos circulantes: Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

i. Provisões: As provisões são reconhecidas quando: (i) a entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

j. Impostos: As receitas de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: PIS 1,65%, COFINS 7,6% e ISS 5%.

Regime de tributação: A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro real tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque é calculado sobre uma base ajustada com deduções e adições requeridas pela legislação fiscal. A provisão para imposto sobre a renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

(i) Imposto de renda pessoa jurídica: à alíquota de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil; **(ii) Contribuição social sobre o lucro líquido:** à alíquota de 9% aplicado ao lucro tributável. A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas com base nas leis e nos normativos tributários promulgados no decorrer do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

(iii) Impostos a recuperar: Estão representados, basicamente, pelos tributos federais PIS, COFINS, IRPJ e CSLL que são oriundos das atividades da Empresa, cuja recuperação e compensação substancialmente ocorrerão no decorrer dos próximos exercícios.

Caixa e equivalentes de caixa:	2021	2020
Bancos	2.217	1.487
	2.217	1.487

Aplicações Financeiras:	Conso-	Quantidade	Valor de	Valor
	lidado	de cotas	mercado das	contabi-
	Fundos	possuídas	cotas (R\$)	lizado
31/12/2021	Itaú Soberano Renda Fixa	71.340	50,98	3.637
31/12/2021	Itaú Corporate Crédito	655.120	18,118	11.869

As aplicações financeiras referem-se a cotas do fundo de investimento Itaú Corporate CP Diferenciado RF FICFI e o Itaú Soberano Renda Fixa as quais apresentam um risco de grau classificado como "baixo".

Contas a receber:	2021	2020
No país - Terceiros	716	476
No país - Partes relacionadas (*)	1.716	1.389
(-) PDD	(88)	(91)
	2.344	1.774

(*) O saldo de contas a receber classificado como partes relacionadas pertence à utilização do sistema Galgo, pelos acionistas ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. A provisão para devedores duvidosos foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, e considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Nos casos de inadimplência, o grupo adota o procedimento de cobrança direta ao cliente.

Impostos a recuperar:	2021	2020
CSLL a compensar (**)	230	459
PIS/COFINS/CSLL a recuperar (**)	117	88
IRPJ a compensar (***)	107	623
IRRF s/ aplicações	32	89
COFINS a compensar (*)	-	15
PIS a compensar (*)	-	3
	486	1.277

(*) O saldo de PIS e COFINS a compensar referem-se aos créditos sobre o recebimento de serviços prestados. (**) O saldo de PIS/COFINS/CSLL a compensar refere-se a crédito de impostos que ainda não podem ser compensados, pois referem-se a notas fiscais de serviços que ainda não foram recebidas. (***) Os saldos de base negativa de IRRF e CSLL a compensar referem-se a valores que serão compensados futuramente quando a Companhia estiver operando com lucro em seu resultado.

Despesas antecipadas:	2021	2020
Seguros prêmios/bens/estoques	69	65
	69	65
	2021	2020
Adiantamento de férias	13	54
Adiantamento a fornecedores	1	1
	14	55

Ativo imobilizado:	Saldo em 31/12/2020	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2021	Valor líquido 31/12/2020	Valor líquido 31/12/2021
Equipamentos de informática	160	75	(64)	171	133
Equipamentos de comunicação	14	8	(10)	12	8
Móveis e utensílios	-	3	-	3	-
Total	174	86	(74)	186	141

Os ativos imobilizados foram avaliados pelo custo de aquisição e estão sendo depreciados mensalmente, exceto os bens imobilizados que estão em poder de terceiros.

Ativo Intangível:	Saldo em 31/12/2021	Amortização acumulada	Valor líquido 31/12/2020	Saldo em 31/12/2021
Software (*)	20%	22.083	-	(22.083)
Software em desenvolvimento (**)	-	-	2.283	-
Total	22.083	2.283	(22.083)	2.283

(*) O software foi adquirido através da integralização do capital social. O valor desse ativo foi avaliado através do método de fluxo de caixa descontado. O Software está sendo amortizado mensalmente, a uma taxa de 20% a.a., conforme estipulado pelo laudo de avaliação do bem. (**) Após pesquisas realizadas, em fevereiro de 2021 a Galgo iniciou a fase de desenvolvimento do novo software "BORDER PRO - Plataforma de Roteamento de Ordens, Essa modelagem financeira tem por base a modelagem financeira elaborada no projeto "Business Case" dos novos serviços da Galgo S.A. compra e venda de Cotas de Fundos. Durante o exercício de 2021, foi realizado o desenvolvimento do MVP, estruturação de Facilities, pessoal e Infraestrutura. Esse projeto considera uma curva de adoção das Instituições nos próximos 5 (cinco) anos da seguinte forma: 1º ano - 0%; 2º ano - 25%; 3º ano - 50%; 4º ano - 75% e 5º ano - 100%. Com base em avaliação da administração não foi constatado que não há indicativo de redução ao valor recuperável "impairment" com relação ao valor do Sistema Galgo refletido no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021.

Alcio José Torres Corrêa - Diretor Superintendente - CPF 717.930.467-00

do com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Valores correspondentes ao exercício anterior: Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 16 de março de 2021, sem modificação. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e com a International Financial Reporting Standard (IFRS) for Small and Medium-sized Entities (SMEs) emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria**

Demonstrações dos resultados	Notas	2021	2020
Receita operacional líquida		21.185	17.398
(-) Custo dos serviços Prestados	16	(9.912)	(9.777)
Lucro Bruto		11.273	7.621
Despesas/receitas operacionais		(10.970)	(6.561)
Despesas com pessoal		(5.614)	(4.771)
Gerais e administrativas		(5.265)	(1.720)
Despesas Tributárias		(52)	(45)
Depreciação e Amortização		(39)	(26)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	1
Resultado antes das receitas do resultado financeiro		303	1.060
Despesas Financeiras		(5)	(4)
Receitas Financeiras		791	224
Resultado financeiro líquido		786	220
Resultado antes do IR e da CS		1.089	1.280
IR e CS - Diferidos		21	3.752
IR e CS - Correntes		21	(1.062)
Lucro líquido do exercício		3.779	922
Lucro por ação atribuído aos acionistas da sociedade durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	23	-	-
Lucro básico por ação		0,14	0,04

Demonstrações dos resultados abrangentes	2021	2020
Lucro líquido do exercício	3.779	922
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	3.779	922

Fornecedores:	2021	2020
Fornecedores (*)	1.259	652
	1.259	652

(*) Nessa conta são classificadas as obrigações gerais que a companhia possui no decorrer de suas operações, os saldos referem-se basicamente a despesas com auditoria, contabilidade, assessoria jurídica, provedora de serviços para integração do mercado financeiro e prestadora de serviços para manutenção do sistema Galgo. As obrigações serão liquidadas até 30/01/2022.

Obrigações trabalhistas:	2021	2020
Provisão de férias	332	274
Provisão de INSS	88	74
INSS a recolher	87	73
IRRF sobre salário	82	70
FGTS a recolher	30	25
Provisão de FGTS	-27	-22
	646	538
	2021	2020
	130	37

Obrigações tributárias:	2021	2020
PIS/COFINS/CSLL retido a recolher	122	93
ISS a recolher	103	-
Provisão para imposto de renda	40	-
COFINS a recolher	16	6
IRRF a recolher	16	-
Provisão para CSLL	9	-
PIS a recolher	8	(8)
(-) Provisão de impostos sobre cancelamento	(8)	(8)
	428	128

15. Patrimônio líquido: Capital social: O Capital social é de R\$ 26.283.000,00 (vinte e seis milhões e duzentos e oitenta e três mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente nacional e em bens, dividido em 26.283.000 (vinte e seis milhões e duzentos e oitenta e três mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma: Integralização em dinheiro:

Acionista	2021
Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais	280
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	280
Banco Bradesco S.A.	280
Banco BTG Pactual S.A.	280
Banco Citibank S.A.	280
Banco Santander (Brasil) S.A.	280
BB Banco De Investimento S.A.	280
B3 - Brasil, Bolsa, Balcão	280
BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.	280
Caixa Econômica Federal	280
Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão	280
HSC Bank	280
Itaú Unibanco S.A.	560
Votorantim Asset Management DTVM Ltda.	280
	4.200

Integralização através do software:	2021
Acionista	2.944
Itaú Unibanco S.A.	1.472
Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA	1.472
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	1.472
Banco Bradesco S.A.	1.472
Banco BTG Pactual S.A.	1.472
Banco Citibank S.A.	1.472
Banco Santander (Brasil) S.A.	1.472
BB Banco De Investimento S.A.	1.472
B3 - Brasil, Bolsa, Balcão	1.472
BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.	1.472
Caixa Econômica Federal	1.472
Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão	1.472
HSC Bank	1.472
Votorantim Asset Management DTVM Ltda.	2.944

O valor referente ao software foi incorporado ao capital social. O ativo foi avaliado através do método de fluxo de caixa descontado. Com as demonstrações contábeis e financeiras do exercício, a administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária a proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no Artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações, observado o disposto no Parágrafo 1º deste Artigo, observada seguinte ordem de dedução: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante da reserva de capital, exceda a 30% (trinta por cento) do capital social, não é obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (ii) a parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório não pode ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e (iii) a totalidade do lucro líquido remanescente, ressalvado o disposto no Parágrafo 3º deste Artigo, será alocada para a constituição de reserva estatutária que poderá ser utilizada para investimentos e para compor fundos e mecanismos necessários para o adequado desenvolvimento das atividades da Companhia.

16. Receita operacional líquida:	2021	2020
Receita de serviços prestados	24.706	20.346
ISS, PIS e COFINS sobre receita	(3.521)	(2.948)
	21.185	17.398

17. Custo dos serviços prestados:	2021	2020
Despesa de Informática	(7.238)	(5.769)
Amortizações	(2.944)	(4.417)
PIS e COFINS sobre amortizações	270	409
	(9.912)	(9.777)

Os custos dos serviços prestados foram apropriados mensalmente conforme o regime de competência, o faturamento ocorre mensalmente conforme a execução do serviço, não gerando estoque de serviço em andamento, sendo assim, todo o custo foi considerado como incorrido dentro do próprio exercício.